

2/12/2015
3h50m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

1

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Adm. F.
[Handwritten signature]
3/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério do Interior/Direcção Nacional de Protecção Civil
2. Categoria de Despesa: Capital de Desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
0.000	+ 400.000	400.000

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131,000	-400.000	11.731.000

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015

Justificação sumária:

A proposta resulta de uma verba no montante de 400.000 USD da Categoria de *Capital de Desenvolvimento*, Rubrica de *Aquisição de Edifícios* não utilizada em 2015 que se destinava à construção do Quartel de Bombeiros Same - Manufahi que, por razões que resultaram da inviabilização do concurso aberto em Julho e a necessidade de iniciar novo processo concursal em Outubro passado, implicaram trâmites e novos prazos que impedem a sua concretização durante 2015. Trata-se assim de realocação de uma verba não gasta no exercício anterior para a mesma Categoria e Rubrica.

Os Deputados Proponentes,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Entrada na Mesa

2/12/2015
17h32m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

ANUNCIADO

2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: IV

1. Órgão: Fundo de Infra-estrutura/Programa de Solidariedade Social

2. Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
0	+750	750

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/ Provisão para g7+

2. Categoria de Despesa: Transferências Publicas

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
2.500	-750	1.750

Parlamento Nacional, ____ de Dezembro de 2015

Justificação sumária:

Iha tinan 2012 liu husi Fundo de Infraestrutura aloka orsamentu ho montante \$750.000 ba Programa Solidariedade Social atu konstrui Monumento 12 de Novembro, maibe projeitu ida ne'e la konsege ezejuta. Tamba tinan 2016, Timor Leste sei comemora 25 anos loron masakre de Santa Cruz, nune'e ami propoin atu re-aloka fila fali orsamentu ida ne'e (\$750.000) hodi halo konstrusaun ba Monumentu refere husi despesas iha Dotações para todo o Governo/Provisao para g7+.

[Handwritten signatures]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Os Deputados Proponentes,

1. Maria Angelica Rangel da Cruz, Fretilin
2. Mani B. A. Alkatini

3/12/2015
9h50m

[Handwritten signature]



REUNIDO

3

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
3/10/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério do Comércio, Indústria e de Ambiente

*(Fundo de Seguranc
Alimentar)*

2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
3.740	+ 2.000	5.740

1. Órgão: Dotações para todo o Governo / Reserva de Contingência

2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131	-2.000	10.131

Parlamento Nacional, ____ de Dezembro de 2015

Justificação sumária:

Segurancsa Alimentar importante tebes atu assegura populusaun hot- hotu atu hetan asesu ba aihan ne'ebe diak no naton iha kualker tempu/kondisaun saida deit. Ho mudanca klimatika ne'ebe ita enfrenta no mos atu prevene ita husi efeitos "El-nino", nune'e ami propoin alokasaun orsamentu ho montante \$2 milhoes husi despesas iha Dotações para todo o Governo (Reserva Contingência) hodi aloka ba Ministerio do Comercio, Industria e de Ambiente (Fundo de Segurancsa Alimentar) iha categoria bens e serviços.



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

Os Deputados Proponentes,

Virgílio da Costa Hornos

Jacinta Albuquerque Pereira

MANUEL BUREARES : CNRT

Oscar Florindo Fretilin

32
[Signature]

PD

[Signature]

[Signature]

[Signature]

8/12/2015
9h35m

[Handwritten signature]



JACUADO

Presidente

4

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

[Handwritten signatures and dates: 21/12/15]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério do Interior/Polícia Nacional de Timor Leste
2. Categoria de Despesa: Salários e Vencimentos/Abonos

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
13.393,000	+480.000	13.873,000

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131,000	- 480.000	11.651,000

Parlamento Nacional, 03 de dezembro de 2015

Justificação sumária:

A verba solicitada destina-se aos Abonos em Salários e Vencimentos para os novos Adidos de Segurança a colocar junto das representações diplomáticas de Timor-Leste da Austrália, Indonésia, Coreia do Sul e Portugal, um processo que se prevê que ocorra em breve durante o ano de 2016 e para o qual, por razões de prioridade orçamental, não foi possível alocar a verba necessária.

Os Deputados Proponentes,

[Handwritten signature]
Duarte NUNES

4/12/2015
12h10m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

5

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério do Interior/Polícia Nacional de Timor-Leste
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços / Materiais de Fornecimentos Operacionais /
Direcção Nacional de Administração e Finanças

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
6.765.000	+2.591,000	9.356,000

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131,000	-2.591,000	9.540,000

Parlamento Nacional, 03 de dezembro de 2015

Justificação sumária:

Por razões de prioridades orçamentais para 2016, a verba alocada na rubrica de Materiais de Fornecimentos Operacionais que inclui a aquisição de fardamento para os agentes da PNTL foi apenas de 238.000 USD. Para o exercício das suas actividades os agentes da PNTL precisam de três (3) tipos de fardas. Atendendo ao desgaste da sua utilização há necessidade de dotar o efectivo de, pelo menos, com uma nova farda anualmente, pelo que se solicita a verba adicional para o efeito.

Os Deputados Proponentes,

[Handwritten signature]

3/12/2015
9h36m



6

[Signature]

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

[Signature]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Signature]
3/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério do Interior/Polícia Nacional de Timor-Leste / *Direção Nacional de*
2. Categoria de Despesa: Capital Menor/Compra de Veículos *Administração e Finanças*

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
385.000	+271.000	656.000

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131,000	-271.000	11.730,000

11.860

Parlamento Nacional, 03 de dezembro de 2015

A PNTL finalizou o processo de colocação dos Oficiais de Polícia de Suco, no âmbito do projecto de Polícia Comunitária. No entanto, estes oficiais necessitam de se deslocar das Esquadra centrais aos respectivos Sucos e estão em falta 113 motorizadas para o efeito e permitir cobrir a totalidade dos 442 Sucos. Registando-se a impossibilidade de alocar na proposta inicial de orçamento na rubrica de Compra de Veículos, a totalidade da verba necessária, solicita-se este valor adicional para dotar a Polícia Comunitária de um meio essencial para o cumprimento da sua missão.

Os Deputados Proponentes,

[Signature] Duarte Nunes

4/12/2015
10h09m

[Signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

7

[Signature]

[Signature]

4/12/2015

PPL N.º 33/III/(4º)

Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

1. Órgão : Primeiro-Ministro
2. Rubrica : Gabinete de Apoio à Sociedade Civil
3. Categoria de Despesa: Transferências Públicas
4. Tabela de alteração:

Dotação Inicial US\$ 000	Alteração US\$ 000	Dotação Final US\$ 000
9.434	+ 1.805	11.236 11.239

Anexo II à PPL n.º 33/III(4º)

5. Justificação sumária:

Igreja Paróquia São Francisco Xavier-Hatulia ninia kondisaun aktual lafavoravel atu uza ba hala'o actividades religiosas. Kuandu halao komemorasaun ruma nee participa sarani barak la suficiente ona tamba ki'ik.

Igreja tuan halo iha tinan 1985 ho kontribuisaun husi sarani sira liu husi kontribuisaun osan no servisu rasik, tamba nee ninia qualidade ladun diak.

Tamba nee ami hatoo proposta nee hodi husu atu alokan orsamentu \$ 1,805.000 ba hari Igreja foun ba Parokia nee. Ninia Dezenho no BoQ iha ona. ?

Os Deputados,

1. Deputado Agostinho Lay
2. Paulino Monteiro

[Signature]
- BRS PD



NUNCIADO

) Proclama

8

4/12/2015

Wh09m

[Signature]

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

PPL N.º 33/III/(4º)

*Adun. 1.
Col. 1.
4/12/2015*

Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

1. Órgão: Dotações para todo Governo
2. Rubrica: Reserva de Contigência
3. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
4. Tabela de alteração:

Dotação Inicial (US\$ 000)	Alteração (US\$ 000)	Dotação Final (US\$ 000)
12.131	-1.805	10.259

10.326

Anexo II à PPL n.º 33/III

Parlamento Nacional, 3 de Dezembro de 2015

5. Justificação Sumaria:

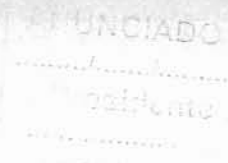
Ho proposta nee atu husu redus orsamentu husi Reserva de Contigência ho valor \$ 1,805,000, no aloka fali ba Gabinete de Apoio à Sociedade Civil hodi halo konstrusaun Igreja foun ba Paroquia São Francisco Xavier – Hatulia, Ermera, nebe ho kondisaun at ona. Dezenho ho BoQ kompletu.

Os Deputados,

1. Dep. Agostinho Tay *[Signature]*
2. Paulino Monteiro *[Signature]*

3/12/2015
17h30m

[Handwritten signature]



9

Admit.
[Handwritten signature]
3/12/2015

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III (3.ª)
(Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2016)

Proposta de Alteração n.º

Justificação:

O País tem realizado e está a dar continuidade a um conjunto de investimentos de grande relevância, crescente complexidade e volumes elevados de investimento, realizado em despesas de capital (capital de desenvolvimento).

Nos anos anteriores e para 2016, bem como para o futuro, encontramos projetos e obras de investimento público de valores na ordem de várias dezenas e centenas de milhões de dólares norte-americanos, naquilo que se designam por Megaprojetos.

Alguns programas públicos, como o caso do programa de Tasi Mane, representa valores crescentes, cujo valor acumulado será superior a \$900 Milhões de Dólares, até 2020. Noutros casos, são projetos identificados que representam investimentos globais muito elevados, como são os investimentos para a construção da plataforma e base logística do Suai (suply base), o novo Porto de Tibar, as ampliações dos aeroportos do Suai e de Oecusse, entre outros. Recentemente, O tribunal de Recursos revelou que são submetidos a fiscalização prévia um número mais reduzido de contratos, mas que o valor médio de cada contrato submetido a apreciação pro aquela entidade tem vindo a aumentar nos últimos tempos.

Estes grandes investimentos estão previstos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, mas a sua concreta implementação deve estar sujeita a rigorosos estudos de viabilidade, custo-benefício, estudos ambientais, estudos de procura e oferta e estudos de exploração. A previsão no Plano Estratégico não os dispensa, sendo natural que possa existir, nalguns casos, uma tendência para minorar os seus custos, riscos e contingências e, por outro lado, de maximizar os respetivos benefícios, diretos e indiretos.

O Governo constitui, com propriedade, o Secretariado dos Grandes projetos, precisamente para dar apoio técnico e executivo a estes grandes projetos e obras. Por sua vez, o Ministério das Finanças dispõe de uma unidade especial para acompanhar e executar os processos relativamente a Parcerias Público-Privadas, que se referem normalmente a grandes projetos de interesse nacional.

Da parte do Parlamento Nacional, a quem deve caber a primeira linha de acompanhamento e fiscalização das ações do Governo e, em especial, de execução do Orçamento Geral do Estado, ainda não se definiu um sistema permanente de acompanhamento dessas atividades.

Neste sentido, propõe-se a introdução de uma norma orçamental que assegure o acompanhamento direto, pelo Parlamento Nacional, dos projetos e obras de maior



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

valor, estabelecido como aqueles cujos projetos venham a ser estimados num valor superior a \$50 Milhões de dólares, através de uma Comissão de Acompanhamento, constituída regimentalmente, que permita a Deputados, interados em diferentes Comissões, analisarem e avaliarem os estudos, projetos e obras, desde o seu início e durante o tempo da sua execução.

Este envolvimento reforçará os mecanismos de controlo e supervisão destes projetos que, pelas características, montantes e complexidade, carecem acompanhamento mais próximo do que aquele que, de forma dispersa e ocasional, tem sido prestado pelo Parlamento.

Proposta de Aditamento de artigo novo

Disposições finais

"Artigo 11-A.º

Comissão de Acompanhamento Permanente

1. Para efeitos do acompanhamento dos grandes projectos de investimento de capital no País, o Parlamento Nacional constituirá uma comissão de acompanhamento permanente, nos termos do seu Regimento, que procederá à análise e avaliação políticas dos grandes projectos em infraestruturas, equipamentos e programas sociais e comunitários públicos.
2. Consideram-se grandes projectos, para o efeito, todos os projectos de construção, reabilitação, requalificação, conservação periódica, operação e exploração, com ou sem financiamento privado, em regime de contratação tradicional ou em regime de parceria público-privada, cujo valor estimado seja igual ou superior a \$50 (cinquenta) milhões de dólares norte-americanos.
3. Essa comissão terá a duração dos projectos ou programas ou o limite das respectivas legislaturas.
4. A forma de funcionamento, composição e poderes será estabelecida pelo Parlamento Nacional, nos termos legais e do Regimento.
5. Os titulares membros do Governo devem dar instruções aos serviços que de si dependem para providenciar toda a informação e apoio ao trabalho desta comissão.



PARLAMENTO
NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

6. A comissão poderá ser assessorada por especialistas e peritos que considerar necessários.
7. No restante, serão aplicadas à comissão as disposições regimentais estabelecidas para as comissões eventuais, com as devidas e necessárias adaptações.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados

1. Pedro M. Costa / CNRT

2. Paulino Monteiro

PD

3/12/2015
18h00m

[Handwritten signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO

Presidente

10

Adm. A.

[Handwritten signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Dotação para Todo o Governo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Reserva de Contingência

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
12,131	-650	11,481

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério da Solidariedade Social

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da
Libertação Nacional

Categoria de Despesa: Transferência Publica

Rubrica / Programa: Pagamentos Pessoais

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
104,000	+650	104,650

Justificação sumária (opcional):

Hasai osan husi Dotações para Todo o Governo ho montante rihun \$650 no transfere ba iha Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional, hanesan orsamentu reintegrasaun hodi apoiu ba falintil ativu F-FDTL nain 26 nebe foin lalais reforma, tanba sira oferese sira nia tempu tomak ba luta Libertasaun Nacional durante tinan 24 iha ai laran no oferese mos sira nia tempu nudar embrio ba instituisaun F-FDTL durante tinan 15. Orsamentu reintegrasaun ne'e sei sai nudar apoiu nebe bele hakbi'it sira nia ekonomia familia nian.












PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

durante tinan 15. Orsamentu reintegrasaun ne'e sei sai nudar apoiu nebe bele hakbi'it sira
nia ekonomia familia nian.

Os Deputados,

1. Aurelio Freitas Ribeiro  Freitas
2. Manuel de Costa Pereira  Freitas
3. Silda Maria da Conceicao  "
4. Otonio Florindo da Costa  Freitas
5. Adriano gois  CRT
6. Bendiza do Magno  CRT
7. Albina M. Freitas  CRT
8. Natalina de sardes  CRT
9. Brigida A. Correia  CRT
10. Domingas A. da Silva / Sibupali CRT

3/12/2015
18h00m

[Handwritten signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

11

Adm. L.

[Handwritten signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO _____ Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Dotações para Todo o Governo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Reserva de Contingência

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Rubrica / Programa: Outros Serviços Diversos

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
12,131	-800	11,331

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO _____ Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério Administração Estatal

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional para a Higiene e Ordem Publico

Categoria de Despesa: Transferências Publicas

Rubrica / Programa: Concessões Publicas

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
0	+800	800

Justificação sumária (opcional):

1. Hasai osan husi Dotações para Todo o Governo, Reserva de Contingência ho montante \$800 mil no tau ba Direcção Nacional para a Higiene e Ordem Publico hodi realiza programa Fundu Suku Limpeza Urbana (FSLU) nebe destinadu hodi hamoos esgotus iha estrada principais sidade nian.
2. Kompetensia hodi hamo'os esgotu sira passa ona husi Ministeriu Obras Publikas, Transportes no Komunikasaun ba iha Ministeriu Administrasaun Estatal, bazeia ba



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

reuniaun Komite Revizaun Orsamentu tinan 2016. MOPTC no MAE asina ona akordu de entendimentu ida hodi implementa orientasaun refere, no iha ezekusaun orsamentu 2015 nian MOPTC transfere ona orsamentu hamutuk \$800 mil ba suku sira hamutuk 32 suku hodi implementa limpeza esgotus nebe supervisiona husi MAE. Maibe orsamentu 2016 la prevê osan ba atividade refere neim ba MOPTC nomos MAE. Ida ne'e sei prejudika atividade hamo'os esgotus tinan 2016 nian.

3. Durante ne'e esgotus iha sidade laran ladun hetan atensaun hodi hamo'os. Ho konsiensia comunidade nian nebe minimu tebes em relasaun ho resíduos sólidos urbanas sira, halo foer sira intupidu, no wainhira udan mai halo be'e sae. Tanba ne'e ho alokaun orsamentu ne'e suku sira bele emprega comunidades hodi hamo'os esgotus no automatikamente fo ona servisu ba comunidade sira.

Os Deputados,

Jacinta A. Pereira

Lurdes Bessa

PD.

PD

3/12/2015
18h 5m

[Handwritten signature]



ANUNCIADO

Presidente

12

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Admitido

[Handwritten signature]

3/12/2015

Proposta de Lei n.º 16/III/3ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO IV Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos FUNDO DE INFRAESTRUTURAS _____

Órgão e Linha orçamental /Fundo: FUNDO DE INFRAESTRUTURAS _____

Categoria de Despesa: Capital de Desenvolvimento _____

Rubrica / Programa: Programa de edifícios públicos _____

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
2.346	+1.000	3.346

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO IV Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos FUNDO DE INFRAESTRUTURAS _____

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Fundo de Infraestruturas / Programa de desenvolvimento do Tasi Mane

Categoria de Despesa: Capital de Desenvolvimento

Rubrica / Programa: Programa de desenvolvimento do Tasi Mane

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
56.634	-1.000	55.634

Justificação sumária (opcional):

"Um Povo sem memória da sua história é apenas um grupo de pessoas"! O Arquivo Nacional de Timor Leste não tem, neste momento, nem instalações nem pessoal em condições de preservar aquela que é parte importante da memória Histórica do nosso país. A verba de 1.000 mil USD (1 milhão de USD) referida nesta proposta tem por objectivo a construção e equipamento de um edifício com o mínimo de condições para o armazenamento de documentos históricos para o Arquivo Nacional. Em programa complementar a apresentar posteriormente será solicitada verba para treino do pessoal e início da sua actividade. A verba é retirada da prevista para o projecto de TasiMane por nos parecer não só que esta é excessiva quer face às perspectivas de efectiva implementação quer porque nos parece uma boa opção "trocar" infraestruturas daquele por um programa de preservação da nossa memória Histórica.

Os Deputados,

Olinda Morais
Lerdes Bessa

[Handwritten signature] PD

[Handwritten signature] PD

3/12/2015
18h17m

[Handwritten signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

ANUNCIADO

Assinado em: 3/12/2015

Assinado por: Presidente

Assinado por: Presidente

13

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: SEPFOPE

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional de Emprego

Categoria de Despesa: Transferência Publica

Rubrica / Programa: Concessões Publicas Capitais

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
9.152	-500	8.652

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério Turismo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico

Categoria de Despesa: Transferência Publica

Rubrica / Programa: Concessões Publicas Capitais

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
0	+500	500

Justificação sumária (opcional):

1. Foti osan husi SEPFOPE item Transferência Publica, rubrika Concecoes Publicas Capitais hodi tau ba Ministeriu Turismu iha item Transferencia Publica, rubrika Concecoes Publicas Capitais hodi halao servisu Turismu Komunitariu nebe mak tutela duni ba Ministério Turismu ho nune labele iha sobre pozisaun iha servisu entre Ministeriu Turismu no SEPFOPE.
2. Ministério Turismu mak iha kompetensia atu ezejuta programa Turismu Komunitariu bazeia ba Dekretu lei do Governu no 5/2013 "Lei organika Ministério Turismu" Artigu 2º



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016






Proposta de Alteração

alínea c) "Contribuir para a dinamização das actividades turísticas, com prioridade para as estabelecidas no PED, nomeadamente as de turismo ecológico e marítimo, histórico, cultural, **comunitário**, de aventura e desporto, religioso e de peregrinação, e de conferências e convenções".

3. SEPFOPE kontribui deit ba infraestrutura bazika hanesan haktuir iha Resolução do Governo no 24/2013 "Programa Empregu Rural" artigo 4 no 1) "O PER destina-se ao financiamento da construção, reabilitação e manutenção de infraestruturas rurais, nomeadamente, estradas, valetas, esgotos, muros, pontes, de infraestruturas utilizadas nas actividades de turismo comunitário e de infraestruturas desaneamento público como casas de banho, latrinas ou lixeira, utilizadas pela comunidade em geral".

Os Deputados,

1. Jacinta A. Pereira
2. Florentina Martins Smith
3. VIRGINIA ANA BELO
4. Maria Angelica Rangel da Cruz
5. Selda Maria da Conceição

 PD.
 FREtilin.
 CNRT
 Fretilin
 Fretilin

Entrada 03
3/12/2015
18h17m
[Signature]



REUNICADO

14

[Signature]
3/12/2015

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Dotações para Todo o Governo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Reserva de Contingência

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
12,131	-1,500	10,631

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério Turismo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Geral da Administração e Finanças

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
470	+1,500	1,970

Justificação sumária (opcional):

Atividades hanesan Corrida de bicicleta, Caravana, Corrida do Barco, Tour de Timor no seluk tan, sai hanesan atividades anual Ministeriu Turismu nian nebe durante ne'e halao hela. Ho nune'e osan nebe prevê iha Dotações Todo o Governu ba atividade sira hanesan temi iha leten, hasai no tau iha ministério nebe tutela ba (Ministeriu Turismo) hodi fasilita servisu ho diak.






PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

1. Jacinta A. Pereira
2. VIRGINIA A. BELO
- ③ Aurelio F. Ribeiro

 PD
 CNRT
 Fretshi

3/12/2015
18h18m

abs



DECLARADO

Procedimento

15

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Almeida
abs
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Dotações para Todo o Governo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Reserva de Contingência

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
12,131	-1,500	10,631

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério Turismo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Geral da Administração e Finanças

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
470	+1,500	1,970

Justificação sumária (opcional):

Atividades hanesan Corrida de bicicleta, Caravana, Corrida do Barco, Tour de Timor no seluk tan, sai hanesan atividades anual Ministeriu Turismu nian nebe durante ne'e halao hela. Ho nune'e osan nebe prevê iha Dotações Todo o Governu ba atividade sira hanesan temi iha leten, hasai no tau iha ministério nebe tutela ba (Ministeriu Turismo) hodi fasilita servisu ho diak.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

- | | | |
|-----------------------|------|--------|
| 1. Virginia Ana Belo | Guia | CNRT |
| 2. Jacinta A. Pereira | | PD. |
| 3. Aurelio F. Ribeiro | | Trekik |

3/12/2015
18h20m



PARLAMENTO NACIONAL

Presidente

16

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª

Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO _____ Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Ministério da Administração Estatal

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Gabinete do Vice Ministro

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
1 310	-572	738

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO _____ Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério da Solidariedade Social

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional de Toponímia

Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
0	+572	572

Justificação sumária (opcional):

1. Hasai osan husi Gabinete Vice Ministro Administracao Estatal ho montante \$572 mil no tau ba Direcao Toponimia hodi realiza montagem plaka Toponimo (plaka naran estradas) iha munisípiu 12 nomos kontinuasaun montagem enumerasaun uma iha munisípiu Dili. Orsamentu ne'e fahe ba actividades rua mak hanesan:
 - a) Osan ho montante \$227 mil hodi halo actividades monta plaka Toponimo (naran estradas) hamutuk 1300 plakas iha estrada hotu iha Teritoriu Timor-Leste. Kada munisípiu sei monta plaka naran estrada atus ida (100) no capital Dili hamutuk atusrua (200).



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

munisipiu sei monta plaka naran estrada atus ida (100) no Kapital Dili hamutuk atus rua (200).

- b) Osan ho montante \$345 mil hodi monta plaka enumerasaun uma nian hamutuk 15 mil iha sidade Dili. Ida ne'e hanesan kontinuasaun husi projetu pilotu nebe hahu halo ona iha Munisipiu Dili, iha Suku Motael, Colmera no Griecenfor.

2. Ho arruamentu sira identifikadus no uma sira enumeradas, ita espera atu operadores publikus e privadus sira bele fasilmente:

- a) Kria rede distribuisaun Correio ida nebe diak nomos enkomendas porta ba porta,
- b) Notifica pessoas sira hodi selu impostu no kontribuisoes no sst.,
- c) Halo detalhu ba faturas abastesimentu água, recolha do lixo nebe relaciona ho sira nia hela fatin no sst.,
- d) Atu polisia no bombeiros sira desloka fasilmente ba lokal sira,
- e) Servisu Táxis sira mos bele hetan fasilidadesaun.

Os Deputados,

Jacinta A. Pereira

Duraoes Beiza

PD.

PD

3/12/2015
18h4m

[Handwritten signature]



DECLARADO

o Presidente

17

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

[Handwritten signatures and dates: 3/12/2015]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministro do Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais / *Gabinete do Ministro*
2. Categoria de Despesa: Transferências Publicas

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
400	+200	600

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/ Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131	-200	11.931

Parlamento Nacional, ____ de Dezembro de 2015







Justificação sumária:

Objetivu desenvolvimento mileniu (MDG) hanesan iniciativa global ida ne'ebe Governu TL kompremete atu alkansa to'o tinan 2015 no combate moras HIV/SIDA hanesan objetivu ida husi MDG ida ne'e. Hodi reforsa actividade Comissão Nacional de Combate HIV/SIDA (CNCS-TL) hanesan órgão independente ne'ebe responsável ba implementasaun estratégia nacional ba combate HIV/SIDA iha Timor Leste, nune'e ami propoin orsamentu ho montante \$200.000 husi Dotações para todo o Governo/Reserva de Contingência hodi aloka ba Ministro do Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais hodi halo disseminasaun ba matéria HIV/SIDA iha território tomak.



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Os Deputados Proponentes,

1. Bendita Maria Magu CNRT
2. Florentina Martins Smith FRETILIN
3. Alde Maria da Conceição  FRETILIN
4. Angelina Machado de Jesus  PD
5. Agostinho Fay
6. Domingos C. de Jesus  CNRT
7. Jorge de C. Teme  CNRT
8. Brigida A. Correia  CNRT  FRETILIN-MUDAR

na Mes
3/12/2015
18h57m

Costa



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

ABUNCIADO
Presidente

18

Admitido

Costa
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério de Saúde / *Hospital de Referência de Baucau no Maubisse*
2. Categoria de Despesa: Bens e serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.715	100	12.815

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/ Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131	-100	12.031

Parlamento Nacional, ____ de Dezembro de 2015

Justificação sumária:

Atu fo asistensia no kondisaun ne'ebe diak ba vitima violência bazeia ba jeneru, nune'e ami sugere atu estabelese tan fatin hakmatek 2 iha Hospital de Referencia de Baucau no Maubisse, hodi nune'e vitima sira ne'ebe hetan impaktu husi aktu violência bele hetan atendimentu husi profesional saúde sira. Ho hanoin ida ne'e, ami propoin alokasaun orsamentu ho montante \$100.000 ba Ministerio de Saude (Hospital de Referencia de Baucau no Maubisse) husi Dotações para todo o Governo (Reserva de Contingência) hodi ezejuta programa ne'ebe mensiona. *\$ 50.000 ba Hospital Referência ida - idak.*



18-2

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

Os Deputados Proponentes,

Benedita Moniz Magalhães CARP
Florença Martins Smith Fertiliz.

4/12/2015
11h18m

[Signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

19

[Signature]

[Signature]
4/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Ministério Obras Publicas

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional da Electricidade

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
101,246	-500	101,245,500

100,746 ✓

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Autoridade Reguladora das Comunicações (ANC)

Órgão e Linha orçamental /Fundo:

Categoria de Despesa: Bens e Servicos

Rubrica / Programa: Serviços de Profissionais

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
488	+500	988

Justificação sumária (opcional):

Iha Janeiro 2015 Conselho dos Ministros aprova ona Conselho de Administração (ANC) ho estrutura mínima pessoal ba responsabiliza servisu ANC. Ho konfigurasaun organizasaun ne'e maka tenke halao no konsentra iha desenvolvimentu instrumentu ba regulamentus desenvolvimentu ba prosesu negosiu no kapasitasaun, tanba merkadu ba komunikasaun dezenvolve lalais liu ho mudanças oin-oin. Ho razaun ne'e maka ANC presiza duni aselera servisu ba atendimento, kapasitasaun, lejislasaun



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

no regulamentu hamutuk ho ajensia Governamentais relevantes konaba komunikasaun hodi defende
interesse nacional Timor-Leste.

Os Deputados,

Pedro Martins da Costa

Brigida A. Correia

Virginia A. Belo

CURT

CURT

CURT

3/12/15
17.00



3.12.15
Presidente

20

[Handwritten signature]

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO NACIONAL

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
3/12/15

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Modelo de Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Policia Nacional de Timor-Leste / *COMANDO NACIONAL DE OPERAÇÕES*
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
14.374 878	+ 500	14.874 1378

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131	-500	11.631

Parlamento Nacional, _____ de dezembro de 2015

Justificação sumária:

Montante alocado para a intensificação das operações de combate ao Narco-Terrorismo, em ligação com o programa de Prevenção criminal, Investigação e Serviço informação. A vigilância, fiscalização e prevenção de contra bando/negócios ilegais no mar e fronteira terrestre associados ao tráfico e distribuição de droga em Timor-Leste. São necessários meios adequados para acompanhar e corresponder às operações conjuntas e actividades de investigação contra o Crime Organizado e o Narco-Terrorismo no território nacional bem como no contexto regional e fronteiriço.

Os Deputados Proponentes,

1. Flávis A. *[Handwritten signature]*
2. Aurelio F. *[Handwritten signature]*
3. Ana Lu. Conceição Ribeiro *[Handwritten signature]*
4. Francisco de Andrade *[Handwritten signature]*

08/12/15
18h00



21

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Modelo de Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Gabinete do Ministro de Estado Coordenador dos Assuntos Sociais
2. Categoria de Despesa: Transferências Públicas

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
400	+ 400	800

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Transferências

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131	-400	11.731

Parlamento Nacional, _____ de dezembro de 2015

Justificação sumária:

O número nacional de infectados com HIV-SIDA tem vindo a aumentar, tratando-se de um problema de saúde pública que deve ter os instrumentos adequados à prossecução dos seus objectivos. O orçamento para Transferências para a Comissão Nacional de Combate ao HIV-SIDA inicialmente previsto necessita de um reforço para não prejudicar as actividades de monitorização, divulgação e acompanhamento em 2016.

Os Deputados Proponentes,

1. Eledio A. Fialto de Jesus
2. Anselmo F. Ribeiro
3. Ana da Conceição Ribeiro
4. Francisco de Andrade

3/12/2015
19h11m

[Handwritten signature]



ANUNCIADO
O Presidente

22

[Handwritten signature]
3/12/2015

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III (3.ª)

(Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2016)

Proposta de Alteração n.º

Justificação:

As Leis do Orçamento Geral do Estado têm aprovado, no que respeita à execução orçamental, uma incidência da atividade de fiscalização sobre as despesas recorrentes (salários e vencimentos, bens e serviços e transferências públicas).

Ora, a existência desta situação não limita os poderes constitucionais, legais e regimentais da atividade de fiscalização do Parlamento Nacional, no que respeita à atividade do Governo. Ainda assim, esta norma pode dar um sentido demasiado unilateral e redutor à atividade do parlamento, sendo que, no que respeita à execução da despesa pública, são da maior importância as dotações previstas e a executar em sede das despesas de capital –sobretudo do chamado capital de desenvolvimento.

Tendo em conta a evolução do Orçamento, ao longo do tempo e da importância em monitorizar as verbas relativamente ao capital de desenvolvimento, bem como às formas de realização de despesa que são executadas através da aquisição de bens e serviços, faz sentido que, a existir uma orientação da fiscalização, ela incida agora, no que respeita às despesas recorrentes, sobre as despesas com a realização de bens e serviços, mas também sobre as despesas de capital.

"Artigo 7.º

(...)

1. (...)
2. Em 2016, a fiscalização da execução orçamental pelo Parlamento Nacional incide particularmente sobre as categorias de despesas de capital e, nas despesas recorrentes, sobre as despesas com a aquisição de bens e serviços.
3. (...).
4. (...)
5. (...)
6. (...)






PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

7. (...)

8. (...).

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados

1. Odino Francisco da Costa 
2. Paulino Monteiro: PD: 
3. Pedro M. Costalento 

3/12/2015

19h43m




ENCIADO

Presidente

23

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Secretaria do Estado da Juventude e do Desporto/Programa para Evento Internacional do Turismo, e Tour de Timor e Maratona de Díli

2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

(\$,000)

Dotação Inicial (\$')	Alteração (\$')	Dotação Final (\$')
\$1,500	-\$100	\$1,400

1. Órgão: Ministério da Solidariedade e Social/Direção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional

2. Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento

(\$,000)

Dotação Inicial (\$')	Alteração (\$')	Dotação Final (\$')
\$1,116	+ \$100	\$1,216

Parlamento Nacional, _____ de dezembro de 2015

Justificação Sumária:

Ami propoin atu hasai osan ho montante: \$100 mil dolares americano husi *Secretaria do Estado da Juventude e Desporto*, husi : *Programa para Evento Internacional do Turismo, e Tour de Timor e Maratona de Díli*, hodi aloka fali ba *Ministério da Solidariedade e Social, Direção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional* *Categoria: Capital Desenvolvimento*, hodi konstrui monumento de homenagem ba herois/Antigos Combatentes de Libertasaun Nacional iha Lautem, hanesan:

- ✓ Instalasaun Airin no ahi-oan/Lampu nebe haleu Monumento
- ✓ Monumento nia Estatua nebe ho ninia altura/naruk 14 metrus
- ✓ Ateru rai nebe klean ho 10 metrus ho nia luan 20x20 metrus.



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

✓ Ateru rai nebe klean ho 10 metrus ho nia luan 20x20 metrus.

Os Deputados Proponentes,

1. Deputado... *Morco Florindo da C. Gtz*
2. Deputado.....
3. Deputado.....
4. Deputado.....
5. Deputado.....

3/12/2015
19h15m

[Signature]



ANUNCIADO

24

[Signature]
[Signature]
3/12/2015

República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Primeiro-Ministro/Gabinete de Apoio à Sociedade Civil
2. Categoria de Despesa: Transferências

(\$,000)

Dotação Inicial (\$')	Alteração (\$')	Dotação Final (\$')
\$9,434	- \$450	\$8,984

1. Órgão: Secretaria do Estado da Juventude e do Desporto/Direção Nacional do Desporto
2. Categoria de Despesa: Transferências

(\$,000)

Dotação Inicial (\$')	Alteração (\$')	Dotação Final (\$')
\$3,450	+ \$450	\$3,900

Parlamento Nacional _____ de dezembro de 2015

Justificação Sumária:

Ami propoin atu hasai osan ho montante: \$450 mil dolares americano husi **Primeiro-Ministro, Gabinete de Apoio à Sociedade Civil**, hodi aloka fali ba : **Secretaria do Estado da Juventude e do Desporto, Direção Nacional do Desporto**, hodi atu aktivida no fo'o apoio finanseira ba 21 clubu nebe mak sei partisipa iha eventu kompetisaun Liga Amadora (LFA), nebe atu realiza.

- Ami propoin iha fase preliminaris kada 21 clubu, sei simu \$10 mil dolares americano, (Total: \$210 mil dolares americano)
- Depois tama ona ba Liga, sei iha clubu 8 mak tuir iha kompetisaun nee, kada clubu sira nee, sei simu \$30 mil dolares americano, (Total: \$240 mil dolares americano). Ho nune'e Timor Leste espera bele hetan futuros jogador nebe nakonu ho kualidade, hodi tuir eventu internacionais.

27-2



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO NACIONAL

Os Deputados Proponentes,

1. Deputado..... *Oseio Florindo da C. Costa* 
2. Deputado.....
3. Deputado.....
4. Deputado.....
5. Deputado.....

3/12/2015
19h16m

Chs



INICIADO
.....
Presidência
.....

25

Adunato
Chs
31/12/2015

PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III (3.ª)

(Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2016)

Proposta de Alteração n.º

Justificação:

Proposta de criação do FUNDO DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA (FCR).

O País tem realizado investimentos muito significativos na melhoria das suas infraestruturas rodoviárias. O valor acumulado dos investimentos, através dos vários orçamentos, representa a segunda maior fatia do investimento público em infraestruturas (a seguir à electricidade), sendo que é, actualmente, a parte maior das dotações orçamentais do Fundo de Infraestruturas.

O défice de estradas no País está a ser recuperado através de investimentos elevados, financiados com recursos orçamentais nacionais, mas também com fundos provenientes de empréstimos internacionais.

Na ausência de um Plano Rodoviário Nacional, previsto desde 2003 na Lei de Bases de Transportes terrestres mas ainda não aprovado, é difícil assegurar um planeamento adequado e rigoroso da rede de estradas, pois também não existe uma base de dados rodoviária que permita saber, em cada momento, a situação actual das rodovias.

Ainda assim, em resultado dos grandes investimentos em curso nos principais eixos rodoviários do país (por exemplo, Díli-Aileu-Maubisse-Ainaro; Díli-Liquiçá-Loes, Díli-Manatuto-Baucau, Díli-Gleno, Suai-Zumalai-Beaço e Batugadé-Balibó-Maliana), é previsível que a conclusão de algumas obras em curso, a adicionar a outras já em utilização, permitam que a rede nacional venha a ter cerca de 200 km de estradas com qualidade até final de 2016 – incluindo as ligações Tíbra-Liquiçá, Liquiçá-Maubara, Maubara-Loes, Tíbar Gleno, Díli Aileu, Balibó-Maliana, Sakato-Pante Makasar, entre outras.

As funções de conservação e manutenção de rodovias (estradas e pontes) são muito importantes para assegurar a qualidade do património rodoviário. O investimento em construção e grande reabilitação, de montantes muito elevados, não deve valer apenas por si, mas deve ser assegurada a sustentabilidade técnica, funcional e económica, ao longo do tempo.

Assegurar, desde o início, uma adequada manutenção das estradas e pontes, é fundamental para preservar a qualidade do investimento realizado no tempo presente. Diversos estudos indicam que um atraso de três anos numa intervenção de conservação, pode gerar custos futuros 6, 9 ou 12 vezes superiores, para suportar a sua reparação futura, por crescerem tais custos de forma exponencial.

Os Orçamentos de Estado do País, dedicam pouca atenção à manutenção de infraestruturas e equipamentos, sendo que as dotações previstas são normalmente



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

25-2

muito reduzidas, próximas de 1% das verbas totais. Há um grande desequilíbrio entre as verbas para a conservação e manutenção, sendo que uma estrada, do ponto de vista estrutural, tem um pavimento com duração de 10 anos, o que obrigaria a uma previsão económica de 10%, por ano, para assegurar, no final do período, a respectiva conservação integral.

Da mesma forma, o Estado não tem uma estratégia a prazo para a conservação, nem um sistema de monitorização técnica sobre o estado de qualidade das estradas e das pontes. A Administração Pública, por sua vez, carece de um corpo técnico e operacional profissional, para desenvolver actividades de manutenção e conservação, recorrendo ao sector privado para resolver problemas sempre pontuais e urgências.

Estas situações têm sido indicadas, de forma recorrente, por diversas observações constantes de estudos e pelos parceiros internacionais. Em Março de 2015 foi divulgado um Relatório Conjunto do Ministério das Finanças de TL e do Banco Mundial, relativo à análise dos "Investimentos em infraestruturas em Timor-Leste", onde são apresentadas propostas e recomendações, entre as quais, que "os Orçamentos para a Manutenção e Operação de estradas (...) devem ser comparativamente aumentados", em relação aos orçamentos para a construção e que "nas grandes infraestruturas, os planos de investimentos devem incluir na avaliação os custos de operação e manutenção a médio e longo prazo", quando pouca informação existe sobre se tal está ou não a ser realizado.

Recentemente, na preparação do orçamento de Estado para 2016, foram realizadas diversas observações (Banco Mundial, União Europeia, Asian Development Bank), sobre a escassez de recursos afetos à operação e manutenção, por comparação com os elevados investimentos em capital de desenvolvimento. Na mesma linha, o crescimento das despesas recorrentes (salários, bens e serviços e transferências) não são em investimento em conservação e manutenção.

Para prever esta situação a prazo, devem ser realizados esforços, ao longo do tempo, para providenciar os recursos necessários a assegurar a manutenção. Esses recursos devem ser provenientes da eficiência dos investimentos atuais, da dedicação de verbas orçamentais especificamente destinadas à conservação, manutenção e operação, bem como, na medida do crescimento e desenvolvimento do País, de verbas provenientes dos benefícios que as estradas proporcionam aos seus utilizadores.

Para assegurar que o País, desde já, a evoluir num processo destinado a assegurar a sustentabilidade técnica, económica, funcional e financeira dos seus elevados investimentos em capital, para o futuro, propõe-se a criação e constituição de um Fundo de Conservação Rodoviária, resultante de contribuições e ganhos provenientes dos investimentos presentes, da plurianualidade do financiamento dos próximos orçamentos e do contributo de benefícios dos beneficiários das rodovias.

Proposta de Aditamento de um novo

"Artigo 10-A.º



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

25-3

1. É criado o Fundo de Conservação Rodoviária (FCR), destinado a promover a gestão e financiamento dos projectos e obras relativos à conservação, periódica e corrente, manutenção e operações das infraestruturas rodoviárias.
2. É autorizado o Governo a definir a respectiva legislação e regulamentação, a aprovar até 30 de Junho de 2016,
3. O FCR deve ter em conta os seguintes princípios de organização:
 - 3.1. Objecto, âmbito e finalidades:
 - a) São consideradas rodovias, para o efeito, as vias de comunicação terrestre que incluem estradas e obras de arte (pontes, viadutos, obras de contenção e outras obras de arte rodoviárias).
 - b) A regulamentação do FCR será realizada através de Decreto-Lei, que definirá a natureza, objectivos, gestão administrativa, financeira, patrimonial e operacional, assim como o regime de aprovisionamento e fiscalização.
 - c) A definição concreta das infraestruturas rodoviárias a abranger será feita através da aprovação do Plano Rodoviário nacional.
 - d) O planeamento e gestão das actividades do FCR será realizado tendo em conta um sistema de conservação rodoviária, que identifique a situação actual das vias de comunicação, características, tráfegos e estimativas de intervenção para o horizonte temporal de dez anos.
 - e) O FCR deve operar como um centro de baixo custo, numa linha moderna de gestão de fundos, com competências para seleccionar, adjudicar e contratar serviços profissionais manutenção e operação, tendo a missão de agregar todos os recursos financeiros destinados ao financiamento da conservação e manutenção da rede de estradas.
 - 3.2. Natureza: o FCR será uma entidade pública, com a natureza de um Fundo Público, sob a forma de instituto público, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja gestão será assegurada pelo MOPTC, em articulação com os Ministérios das Finanças e do Planeamento e Investimento Estratégico.
 - 3.3. Regime Legal: o FCR deve reger-se pelo quadro legal estabelecido para os Fundos Autónomos, pela Lei nº 13/2009, de 21 de Outubro, pelas normas que o constituem, pelas normas da administração pública que regulam os serviços da administração indirecta do Estado, bem com pela demais legislação aplicável.
 - 3.4. São objectivos do FCR:
 - a). Assegurar o financiamento em continuidade das infraestruturas rodoviárias do País, por forma a manter o seu valor funcional e económico no tempo;



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

- 257
- b). Garantir a devida preparação e estabilidade das intervenções funcionais nas infraestruturas, assegurando a qualidade e segurança estrutural das rodovias;
 - c). Garantir a prestação de suporte técnico e jurídico de qualidade na contratação necessária à realização de projectos do seu âmbito de financiamento;
 - d). Promover a eficiência, transparência e a responsabilidade relativamente à execução dos projectos e obras de infra-estruturas rodoviárias;
 - e). Garantir que os projectos e obras contratados sob seu financiamento sejam devidamente geridos, monitorados e fiscalizados;
 - f). Desenvolver e assegurar um sistema de conservação que garanta a integridade e qualidade das vias rodoviárias e dos bens operacionais afetos à sua exploração;
 - g) Assegurar, a prazo, a sustentabilidade técnica, operacional e financeira do património rodoviário que está a ser construído no País;
 - h) Garantir a previsão de dotações anuais mínimas, a definir, para a conservação e manutenção das rodovias;
 - i) Desenvolver um modelo de gestão de conservação que envolva os sectores público e privado, para assegurar uma gestão eficiente da conservação rodoviária, em ambiente concorrencial, de transparência e responsabilidade;
 - j) Assegurar mecanismos que permitam recuperar custos de investimento na reposição da qualidade das rodovias, através de contribuição dos beneficiários das infraestruturas;
 - k) Promover a exploração de mecanismos de envolvimento das empresas e mão-de-obra local, na realização de intervenções de carácter local, que aproveitam recursos locais e melhorem a economia e as relações do Estado com as populações das áreas atravessadas pelas rodovias;
 - l) Promover e financiar acções, projectos e obras que desenvolvam o empreendedorismo e cidadania timorense das comunidades, cidadãos e empresas locais.
4. O capital do FCR será constituído e aumentado mediante proposta do Conselho de Administração, aprovado pelo Governo e inscrito no orçamento anual.
 5. O FCR funcionará junto do MOPTC, com meios e recursos próprios, assistência técnica e financeira a alocar por esta entidade, com utilização preferencial de meios existentes.
 6. A proposta de orçamento do FCR é apresentada ao Parlamento Nacional, juntamente com a proposta do Orçamento Geral do Estado, nos termos da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira.
 7. Serão receitas e despesas do FCR as que vierem a ser aprovadas em legislação própria, de acordo com as seguintes orientações.



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

25-5

7.1. Constituirão receitas:

- a). A dotação orçamental atribuída anualmente pela Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado, incluindo as verbas provenientes de cativações aprovadas;
- b). As verbas provenientes de programas ou Sub-programas próprios que lhe sejam atribuídas no âmbito do Fundo de Infraestruturas;
- c). Os rendimentos provenientes das participações e financiamentos do FCR, bem como de contratos de que seja parte;
- d). Os rendimentos dos bens afectos pelo Estado ou pertencentes ao património próprio do FCR que sejam por ele utilizados no âmbito dos fins patrimoniais da sua afectação ou pertença;
- e). Comparticipações ou donativos por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, de origem e fins lícitos, no âmbito da prossecução das atribuições;
- f). As receitas provenientes de 1% dos contratos de construção ou reabilitação de rodovias, celebrados a partir do dia 1 de Janeiro de 2016 e do valor equivalente a 2,5% daqueles contratos, cujos procedimentos de aprovisionamento venham a iniciar-se após essa mesma data;
- g). As receitas provenientes de impostos e taxas aprovadas para o consumo de combustíveis e lubrificantes;
- h). As receitas provenientes de impostos de importação de veículos automóveis;
- i). As receitas provenientes de taxas de emissão de licenças de circulação ou a autorização de circulação de transportes terrestres no País;
- j). As receitas provenientes de taxas de circulação em Timor-Leste, para veículos de matrícula estrangeira;
- k). As receitas e contribuições provenientes de empresas seguradoras e outros serviços financeiros similares;
- l). As receitas provenientes de candidaturas e apoios de programas multilaterais ou de agências internacionais, devidamente aprovados;
- l). Outros rendimentos atribuídos por diploma próprio.

7.2. No OGE/2016 será cativa uma verba inicial, para constituição do FCR, equivalente a 5% da provisão orçamental dos Sub-programas de Estradas e de Pontes, a transferir para o FCR no final do exercício orçamental.

7.3. Constituirão despesas:

- a). As decorrentes do seu funcionamento geral, na prossecução das suas atribuições, competências e objectivos, incluindo as remunerações e despesas dos seus dirigentes e técnicos;



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

- b). As relativas aos custos de financiamentos e contratos contraídos, bem como da sua preparação, monitorização e fiscalização;
- c). As decorrentes do uso e gestão de bens e equipamento sob sua responsabilidade;
- d). Os encargos com a assistência técnica, financeira, administrativa e de secretariado, quer por serviços próprios quer por contratação de terceiros;
8. Património: o capital de constituição e património próprio do Fundo constituem garantia das suas obrigações e responsabilidades.
9. O FCR tem uma conta oficial, junto de uma instituição bancária sediada em território nacional, na qual são creditadas todas as receitas e debitadas as despesas, sendo a abertura da conta autorizada pelos Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e pelo Ministro das Finanças.
10. A execução de despesa e o processamento de pagamentos só pode ocorrer após autorização da administração do FCR, para a realização da despesa no respectivo ano económico, assegurando-se a observância das normas relativas à realização de despesa pública em vigor.
11. O FCR deverá observar as regras legais em vigor no País em matéria de aprovisionamento e contratação pública.
12. O controlo da execução do orçamento e do exercício das responsabilidades financeiras do Fundo ficam sujeitos, designadamente, às regras constantes da Lei no. 13/2009, de 21 de Outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira.
13. O FCR estará sujeito à fiscalização e inspecção administrativa e financeira aplicáveis aos serviços da administração pública, a ser exercida pelos órgãos do Governo e administração pública competentes, bem como pelo Tribunal Superior de Recursos/Câmara de Contas, de acordo com a legislação em vigor.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados

Osório Filomeno da Conceição Têtili

03/12/2015
17.44

NUNCIADO

26

República Democrática do Togo
PARLAMENTO
NACIONAL

Adjoint
3/12/15

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério da Justiça/ Defensoria Pública.
2. Categoria de Despesa: Capital Menor.

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
6	+ 63	69

Justificação sumária:

Adicionar \$63.000,00 dólares americanos para aquisição de mobiliário, equipamento de informática e meios de transportes para dez (10) novos Defensores Públicos e dezasseis (16) novos Oficiais de Justiça da Defensoria Pública, que iniciarão funções em 2016, após conclusão do estágio:

- Motorizadas (12 x \$2.400 = \$28.800) Código 810
- Computadores e impressoras (\$15.000) Código 820
- Mobiliário (\$20.000) Código 860

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita Caetano Mouiz

Adjoint

[Signature]

hitaw

03/12/2015
17h 44



PARLAMENTO NACIONAL

27

PARLAMENTO NACIONAL

Assinatura
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4.ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério da Justiça/ Defensoria Pública.

2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços.

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
322	- 107,1	214,9

1. Órgão: Ministério da Justiça/ Defensoria Pública.

2. Categoria de Despesa: Salários e Vencimentos.

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
672	+ 107,1	779,1

Justificação sumária:

Os Defensores Públicos Estagiários são remunerados a partir da categoria de Bens e Serviços. Em 2016 os atuais estagiários tomam posse e passarão a ser remunerados a partir de Salários e Vencimentos. Assim o montante inscrito em "Bens e Serviços" para a remuneração dos Defensores Públicos, deve ser transferido para a categoria "Salários e Vencimentos".

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita Caetano Moura
Álvaro Nogueira
Aniceto Gubert

hstau

03/12/2015
17h44



DECLARADO

28

PARLAMENTO
NACIONAL

Admitido
3/12/15

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério da Justiça/ Direção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social.
2. Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento.

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
215	+ 110	325

Justificação sumária:

Para pagamento de consultoria para efetuar a supervisão das obras da Prisão de Suai.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita *Caetano* *Muniz*
DRÃO NOÉ *SA*

hitar

03/12/2015
17 h 44



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO NACIONAL

DECLARADO

Presidente

29

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Comissão Anti Corrupção
2. Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (USD)	Dotação Final da categoria (USD)
0	+ 128.480	128.480

Justificação sumária:

Para completar o pagamento do desenho do projeto do novo edifício da CAC. O contrato é de \$256.843,20. Já foram pagos, por adiantamentos. O Adiantamento do pagamento atingiu \$128.363,20. Falta o montante \$128.480,00 para completar o total atribuído no contrato.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Cornelina Caetano Nunes
Liliana Nóbrega
Aniceto Guterres

03/12/2015
17 h 44



INICIADO

Acórdão

30

[Signature]

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

[Signature]
[Signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: PDHJ
2. Categoria de Despesa: Capital Menor

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (USD)	Dotação Final da categoria (USD)
50	+ 37	87

Justificação sumária:

Para a compra de novos veículos para a monitorização, promoção e educação cívica nos vários distritos do país (Código 810).

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

[Signature]
[Signature]
12/12/2015

[Signature]

03/12/2015
17 h 44



31

[Handwritten signature]

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

[Handwritten signatures and initials]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: PDHJ / *Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça*
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (USD)	Dotação Final da categoria (USD)
561 480	+ 120	648 600

Justificação sumária:

Este pedido serve para ajustar a verba inscrita no OGE para 2016 a fim permitir à PDHJ levar a cabo atividades no âmbito da identificação e reunificação familiar de pessoas desaparecidas, no qual a PDHJ possui compromissos firmados com instituições de Direitos Humanos da República da Indonésia. Outra aplicação desta verba será na implementação de acordos estabelecidos com o Ministério da Saúde, IGE, CAC e CFP para a capacitação dos funcionários públicos a nível de gestores. Os adicionais discriminam-se da seguinte maneira:

- a) \$ 20.000 - Viagens locais (código 620)
- b) \$ 30.000 - Viagens ao estrangeiro (código 625)
- c) \$ 15.000 - Combustíveis (código 650)
- d) \$ 20.000 - Manutenção de veículos (código 651)
- e) \$ 15.000 - Material e fornecimento de escritório (código 660)
- f) \$ 20.000 - Assistência técnica (código 705)

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

[Handwritten signatures: Carmelita Caetano Moniz, Nêgo Kôe, and another signature]

3/12/2015
19h44m



INDIADO
Presidência

(32)

[Signature]

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Admissão

[Signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Tribunais / *Tribunal do Recurso*
2. Categoria de Despesa: Salários e Vencimentos

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
1.534 1.162	+ 68	1.602 1.230

Justificação sumária:

Para realizar o pagamento retroativo de salários e abonos de 2015 dos auditores nacionais da Câmara de Contas, de acordo com o artigo 14.º do Estatuto da Carreira de Regime Especial dos Auditores da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas - DL n.º 20/2014. Nos termos do referido artigo é devido aos auditores um suplemento para despesas de comunicação e subsídios de alojamento, a fixar por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Justiça. O despacho conjunto só foi publicado em 11 de junho de 2015, o que impossibilitou a sua implementação durante o ano de 2015, por não haver dotação para o efeito.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita Cabral Moniz

Álvaro

Amílcar Guterres

[Signature]

[Signature]



\$ 1.00

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

GOVERNO:

Decreto-Lei N.º 20/2014 de 6 de Agosto
Estatuto da Carreira de Regime Especial dos Auditores da
Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal
e de Contas 7421

Decreto-Lei n.º 21/2014 de 6 de Agosto

1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 15/2014, de 14 de Maio
(Orgânica da Polícia Científica e de Investigação Crimi-
nal) 7429

Resolução do Governo N.º 20/2014 de 6 de Agosto

Valores Máximos a Pagar pelos Terrenos no Projecto *Tasi Mane*
em Suai 7430

RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 21/2014 de 6 de Agosto
Reconhecimento Público pela Organização e Participação na Cimeira
da CPLP 7434

MINISTÉRIO PÚBLICO:

Declaração de Retificação das Deliberações N.º 45/CSMP/
2014 7435

Declaração de Retificação das Deliberações N.º 46/CSMP/
2014 7435

DECRETO-LEI N.º 20/2014

de 6 de Agosto

ESTATUTO DA CARREIRA DE REGIME ESPECIAL DOS AUDITORES DA CÂMARA DE CONTAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ADMINISTRATIVO, FISCAL E DE CONTAS

A Lei n.º 9/2011, de 17 de Agosto, aprovou a orgânica da
Câmara de Contas do Tribunal Administrativo, Fiscal e de
Contas, que tem por função fiscalizar a legalidade e regularidade
das receitas e das despesas públicas, apreciar a boa gestão
financeira e a efectiva responsabilidade por infracções
financeiras.

Há que dar cumprimento ao disposto no artigo 24.º da Lei n.º
9/2011, de 17 de Agosto que atribui ao Governo a competência
para regular por decreto-lei o estatuto do pessoal do serviço

de apoio técnico da Câmara de Contas do Tribunal Superior
Administrativo, Fiscal e de Contas. A carreira especial de audi-
tor, que não existe no quadro geral da função pública, justifica-
se pela necessidade de a instituição superior de controlo das
contas do Estado dispor de um quadro de pessoal de alto
nível e especialmente qualificado para o exercício exigente da
sua função de controlo das finanças públicas na estrita
observância dos valores essenciais do código de ética da
Organização Internacional das Instituições Superiores de
Controlo (INTOSAI), tais como a integridade, a independência,
o segredo profissional e a objectividade na salvaguarda do
interesse público.

A criação de carreiras de regime especial faz-se por diploma
próprio (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto).

Compete ao Governo aprovar a criação e estruturação dos
cargos e carreiras profissionais na função pública e aprovar o
respectivo quadro de pessoal (artigo 36.º da Lei n.º 8/2004, de
16 de Junho, alterada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de Julho).

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 9/2011, de 17 de
Agosto, nos artigos 36.º e 38.º da Lei n.º 8/2004, de 16 de
Junho, alterada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de Julho, e no artigo
28.º do Decreto-Lei n.º 27/2008, de 11 de Agosto, e nos termos
da alínea p) do n.º 1 artigo 115.º da Constituição, o Governo
decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Decreto-Lei estabelece o estatuto dos auditores
da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo Fis-
cal e de Contas.

Artigo 2.º

Auditores

- 1 - São auditores da Câmara de Contas do Tribunal Superior
Administrativo Fiscal e de Contas o auditor-coordenador
geral, os auditores-chefe e os auditores.
- 2 - Há auditores de 1ª classe, auditores de 2ª classe e auditores
de 3ª classe.

- c) "Prestação eficiente e eficaz de serviços" – avaliar a capacidade da unidade coordenada ou chefiada pelo avaliado, identificar e responder às necessidades do serviço, buscar atingir os objectivos e monitorizar as melhorias nos procedimentos e sistemas;
- d) "Planeamento e gestão" – avaliar a habilidade de pensamento crítico no desenvolvimento de futuras acções a ser tomadas para atender aos objectivos da organização.

Artigo 12.º

Efeitos da avaliação de "Insuficiente"

A atribuição da menção «Insuficiente» implica a suspensão de funções e a instauração de inquérito disciplinar desse exercício.

Artigo 13.º

Apuramento da avaliação

- 1 - A avaliação de desempenho é obtida através da soma global dos factores de avaliação expresso nas seguintes menções qualitativas:
 - a) "Muito Bom" – 33 pontos ou mais;
 - b) "Bom" – de 24 a 32 pontos;
 - c) "Suficiente" – de 15 a 23 pontos;
 - d) "Insuficiente" – até 14 pontos.
- 2 - A soma global resulta da avaliação de desempenho do auditor em cada um dos factores expressa numa menção qualitativa de:
 - a) "Muito Bom" – 4 pontos;
 - b) "Bom" – 3 pontos;
 - c) "Suficiente" – 2 pontos;
 - d) "Insuficiente" – 1 ponto.
- 3 - O Presidente do Tribunal Administrativo Fiscal e de Contas aprova a ficha de avaliação de desempenho de acordo com estes critérios estabelecidos neste diploma e os critérios gerais aplicados na avaliação de desempenho na função pública.

Artigo 14.º

Remuneração

- 1 - A remuneração dos auditores é constituída, tendo em consideração o dever especial de disponibilidade permanente para o serviço público que prestam, pelo salário base mensal, acrescido do suplemento para despesas de comunicação e do subsídio de alojamento, a fixar por diploma ministerial conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Justiça, sob proposta do Presidente do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas, bem como das ajudas de custo nos termos do Estatuto da Função Pública.

- 2 - Acresce à remuneração do número anterior o suplemento mensal de disponibilidade permanente corresponde a 20% do salário base mensal.
- 3 - A tabela de salários dos auditores é a que consta do Anexo II deste diploma e que é parte integrante do presente acto.
- 4 - A tabela de vencimento é alterada por diploma ministerial conjunto dos Ministros das Finanças e do Ministro da Justiça, sob proposta do Presidente do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas.

Artigo 15.º

Formação para a carreira de auditor da Câmara de Contas

- 1 - A formação para a carreira de auditores compreende a fase teórico-prática e o estágio de ingresso.
- 2 - O Presidente do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas aprova o regulamento do estágio, nomeia os responsáveis pelo estágio e decide em que instituições pode decorrer a formação teórico-prática, com preferência pelas Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- 3 - É eliminado o estagiário que falte injustificadamente a mais de 10% da duração de qualquer das fases do estágio.
- 4 - O Presidente do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas pode decidir pela eliminação do auditor estagiário que, em qualquer das fases de formação, revele inadequação para o exercício das funções de auditor, oficiosamente ou mediante proposta do responsável pelo estágio.

Artigo 16.º

Acesso à formação

- 1 - O acesso à formação para a carreira de auditor faz-se por concurso público, aberto a quem reúna os requisitos previstos no artigo 6.º, que engloba os métodos de avaliação curricular, prova escrita de conhecimentos e entrevista profissional, nos termos a especificar no despacho do Presidente do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas que autoriza a abertura do concurso.
- 2 - O aviso de abertura do concurso deve conter:
 - a) A indicação do número de lugares a preencher;
 - b) Os requisitos para o ingresso na carreira de auditor;
 - c) As provas a realizar, as matérias sobre que versam e a data e local em que se realizam;
 - d) A constituição do júri do concurso;
 - e) O prazo para apresentação da candidatura.
- 3 - Em cada método de selecção os candidatos são avaliados numa escala de 0 a 100 pontos.
- 4 - Passam ao método de selecção seguinte os candidatos que obtenham a classificação mínima de 60 pontos.

Diploma Ministerial N.º 9/2015

de 11 de Junho de 2015

Aprova o Suplemento para Despesas de Comunicação e Subsídio de Alojamento dos auditores da Câmara de Contas

O Decreto-lei N.º 20/2014, de 6 de Agosto, que aprovou o Estatuto da Carreira de Regime Especial dos Auditores da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, determinou no seu art.º 14º, n.º 1, que a remuneração dos auditores da Câmara de Contas inclui um suplemento para despesas de comunicação e um subsídio de alojamento, a fixar por diploma ministerial conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Justiça.

Assim:

O Governo, pelo Ministério das Finanças e Ministério da Justiça, manda ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 20/2014, de 6 de Agosto, publicar o seguinte diploma:

Artigo 1.º

Os auditores da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, têm direito para receber um suplemento mensal para despesas de comunicação no valor de US \$75,00 e um subsídio mensal de alojamento no valor de US \$175,00.

Artigo 2.º

O suplemento e o subsídio referidos no artigo anterior, são devidos desde a data da tomada de posse no lugar do quadro de auditores e são pagos juntamente com o vencimento mensal.

Artigo 3.º

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal da República*.

O Ministro da Justiça

Ivo Valente

A Ministra das Finanças

Santina Cardoso

3/12/2015
19h43m

[Signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

33

[Signature]
[Signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Tribunais / *Tribunais Distritais*
2. Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
0	+ 1.096	1.096

Justificação sumária:

Iha tinan 2015 aloka ba Kapital Dezenvolvimentu tribunal sira \$1.919 millaun. Tamba la consegue gasta hotu maka ba tinan 2016 la aloka osan ba Kapital Dezenvolvimentu. Maibé la'os la gasta tambá inkapasidade maibé projetu sira ne'e iha procesu laran. Nune'e presiza dune halo alokasaun ba 2016 hodi bele kontinua projetu i bele selu arquitetu no engeñeiru sira ne'ebe oras dadaun prepara hela projetu sira.

Ne'e inklui:

- a) \$ 379.000,00 - Edifisiu foun ba Tribunal Distrital de Dili. Projetu atinji ona 85% husi arquitetu ne'be sei halo hela dezeñu no BoQ (Código 9005);
- b) \$ 366.500,00 – Edifisiu foun ba Tribunal Distrital de Baucau. Projetu atinji ona 85% husi arquitetu ne'be sei halo hela dezeñu no BoQ (Código 9005);
- c) \$ 350.914,00 – Reabilitasaun do Tribunal Distrital de Suai. Obras atinji ona 50% (Código 9005).

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita *Getano Moriz*
Lian Noe *[Signature]*

[Signature]

3/12/2015
19442



34

[Handwritten signature]

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

[Handwritten signatures]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Procuradoria-Geral da República/Procuradoria-Geral da República
2. Categoria de Despesa: Capital Menor (Código 810 – Veículos)

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
120	+ 65	185

Justificação sumária:

Os \$65.000,00 destinam-se à aquisição de duas viaturas, sendo uma para o Procurador-Geral da República e uma para a Adjunta do Procurador-Geral da República (Código 810 – Veículos).

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita Getano Mouriz

Adão Moé *[Handwritten signature]*

Amiceto Guterres

[Handwritten signature]

3/12/2015
19h41m



FINCIADO

35

PARLAMENTO
NACIONAL

Alcides
Orlando
Alcides

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Procuradoria-Geral da República/Procuradoria-Geral da República
2. Categoria de Despesa: Capital Desenvolvimento.

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
85	+ 94	179

Justificação sumária:

Reapropriação do saldo de 2015, no valor de \$94.000,00 USD, para finalizar a construção do Arquivo da Procuradoria Distrital de Dili.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

Carmelita Caetano Mouriz

DEPUTADO

Américo Guterres

Wtaw

3/12/2015
19h40m



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

FINANÇAS
BUDGETING

36

[Handwritten signatures]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC)
2. Categoria de Despesa: Capital Menor

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
10	+ 380	390

Justificação sumária:

Nas palavras do Diretor Nacional da PCIC *"A proposta atual é insuficiente para dar resposta às nossas necessidades atuais. É urgente neste momento garantir a cobertura financeira para a formação em matéria de investigação criminal e em matéria de utilização de equipamentos laboratoriais. Precisamos também de fundo operacional para a condução de investigações e funcionamento de laboratório móvel. Está a tornar-se cada vez mais exigente e complexo o combate ao crime organizado e transnacional, com ênfase para os crimes de tráfico de droga, branqueamentos de capitais, contrafação de moedas. De fato o orçamento proposto é manifestamente insuficiente. A categoria Capital Menor não cobre a aquisição de equipamentos e suprimentos de investigação criminal."*


Assim, propõe-se um aumento, conforme se descremina:

- a) \$ 140,000 – Equipamento Laboratório Forense
- b) \$ 100,000 – Equipamento de segurança: armas e munições
- c) \$ 25,000 (10 x \$2,500) - Viagens locais
- d) \$ 105,000 (3 x \$35,000) – Compra de veículos
- e) \$ 10,000 (10 x \$1,000) – Equipamento de comunicação

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,


[Handwritten signatures]
Carmelita Gafam Moniz
BRUNO NOE

3/12/2015
19h39m




República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

37



3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC)
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
176	+ 175	351



Justificação sumária:

Nas palavras do Diretor Nacional da PCIC *"A proposta atual é insuficiente para dar resposta às nossas necessidades atuais. É urgente neste momento garantir a cobertura financeira para a formação em matéria de investigação criminal e em matéria de utilização de equipamentos laboratoriais. Precisamos também de fundo operacional para a condução de investigações e funcionamento de laboratório móvel. Está a tornar-se cada vez mais exigente e complexo o combate ao crime organizado e transnacional, com ênfase para os crimes de tráfico de droga, branqueamentos de capitais, contrafação de moedas. De fato o orçamento proposto é manifestamente insuficiente. A categoria Capital Menor não cobre a aquisição de equipamentos e suprimentos de investigação criminal"*. Assim, propõe-se um aumento, conforme se descremina:

- a) \$ 15,000 – Viagens locais
- b) \$ 50,000 – Viagens ao estrangeiro
- c) \$ 6,000 – Combustíveis operacionais veículos
- d) \$ 25,000 – Formação profissional
- e) \$ 3,000 – Manutenção de veículos
- f) \$ 40,000 – Manutenção de equipamento e edifícios
- g) \$ 36,000 – Despesas operacionais

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,



3/12/2015
19h 38m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

PROJETO

PROJETO

38

[Handwritten signature]
3/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016
Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério da Justiça / *União Nacional de Administração e Finanças*
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
15.226 10.545	+ 1.400	16.626 11.945

Justificação sumária:

O orçamento de 2015 é gasto na quase totalidade. Mantendo-se os auditores e oficiais de justiça internacionais, é ainda necessário disponibilidade financeira para contratar empresa, ou técnicos de auditoria, caso se mostrar necessário para o trabalho da Câmara de Contas. Os auditores nacionais são pagos através da assistência técnica. O apoio financeiro da União Europeia à Câmara de Contas, que tem coberto parte das despesas com os auditores nacionais e internacionais, cessa no fim de 2015.

No ano de 2015 não houve cooperação com Portugal. Essa cooperação será retomada em 2016. Assim para capacitação, mentoria e avaliação de juizes, auditores, oficiais da justiça e funcionários administrativos vai de manter:

- 4 Assessores auditores internacionais,
- 4 Oficiais da justiça internacionais.

Retomando a cooperação, serão contratados:

- 2 Juizes Inspetores Internacionais,
- 1 Secretário Inspetor Internacional,
- 2 Juizes internacionais para mentoria em processos crimes e civis,
- 1 Chefe de gabinete internacional e
- 1 Auditor internacional

Estas novas contratações terão como objetivos (a) a avaliação e mentoria aos juizes de modo a poder proceder-se à sua graduação e subida na carreira, para, entre outros fins, completar o quadro de Juizes do Tribunal de Recurso, que atualmente é constituído por apenas 3 juizes, que assim apenas podem constituir 1 coletivo de juizes.

Parlamento Nacional, 3 de dezembro de 2015.

Os Deputados Proponentes,

ALÃO MOE

Carmelita Caetano

Moriz

[Handwritten signature]
Mauri

4/12/2015
10h32m
[Signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

MINISTRO
Gabinete

39

Adm. L.

[Signature]
4/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
2,214	-600	1,614

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério Turismo

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Geral da Administração e Finanças

Categoria de Despesa: Capital de Desenvolvimento

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
0	+600	600

Justificação sumária (opcional):

Hasai osan \$600 husi Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos/Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos no tau ba Gabinete Administrasaun e Financas Ministeriu Turismu hodi estabeselese Centru Informasaun Turistiku nebe Ministeriu ne'e planeia ona iha 2015 maibe la konsege realiza. Centru Informasaun Turistiku importante tanba husi sentru ne'e bele divulga informasaun konaba turismo iha Timor ba turista domestika nomos internacional.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

VIRGINIA ANA BELO

Quia CNRT

MANUEL BUTERRES

Quia CNRT

Brígida Antónia Correia

Quia CNRT

4/12/2015
11h19m

[Handwritten signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

40

Fra do parg.

Não admit.

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª

Orçamento Geral do Estado para 2016

[Handwritten signature]
4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: SEPFOPE

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional do Emprego

Categoria de Despesa: Transferencias

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
9,152	-350	8,802

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO ____ Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Secretaria Estado Mulher (SEM)

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Gabinete do Secretário Estado

Categoria de Despesa: Transferência

Rubrica / Programa: Concessões Publicas

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
0	+350	350

Justificação sumária (opcional):

Grupos kreativus feto presiza hetan apolu masimu husi SEM hodi bele eleva economia familiar inklui mos grupos feto akademiku nebe iha iniciativa atu hahu programa inkubador ba negosiu hodi organiza estudantes universitarius hahu husi 3º semestre aprende halo negosiu atu ikus mai la bele dependente sai funsionariu estadu.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

40-2

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

Brigida Antónia Correia

CNRT

[Handwritten signature]

Maria Angelica Rangel da Cruz

Fretelin

[Handwritten signature]

Virginia Ana Belo

[Handwritten signature]

Florentina

MARINA Smith

Fretelin

4/12/2015
17h 19m

Ally



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

41

*Foi o projeto.
Não admitir.*

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

*Ally
4/12/2015*

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Ministério Obras Públicas

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional da Electricidade

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
101,246	-100	101,146

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO ____ Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério Agricultura e Pescas

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional de Pescas e Gestão de Recursos Pesqueiros

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Rubrica / Programa: Manutenção de Equipamentos e Edifícios

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
291	+100	391

Justificação sumária (opcional):

Iha tinan 2016 MAP sei foka liu servisu balun ba setor Peskas liu-liu Aquicultura rai maran. Sentru formasaun no fini kadiuk iha área Postu Administrativo Vemasse nudar sentru ba produsaun fini hodi fornese fini kadiuk ba Timor laran tomak nomos fini ikan Garopa, maibe prezisa hetan atensaun diak husi MAP konaba forneshimentu fatin nebe adekuaudu ba funsionarius no armajem. Tanba ne'e, prezisa aumentu osan \$100 mil hodi konstroe Cobe House andar rua no fornese ekipamentus hodi halao servisu atendimentu durante 24 horas iha Laboratoriu produsaun fini.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

41-2

Proposta de Lei n.º 33/III/4º
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

Brigida Antónia Correia

Maria Angelica Rangel da Cruz

Virgínia Ana Belo

Florencia Maria's Smith

CNRT

Fretelin

CNRT

Fretelin

30/11/2015

Virgínia

9/12/2015
12h 15m
[Signature]



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

42

Foro da lei.
[Signature]

Proposta de Lei n.º 33/III/4º
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Signature]
4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos SEPFOPE

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional do Emprego
Categoria de Despesa: Transferencias

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
9,152	-150	9,002

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO _____ Dotações orçamentais do Órgãos /Fundos: Ministério do Turismo-S.E. Arte e Cultura

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Gabinete do Secretário Estado
Categoria de Despesa: Transferências

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
0	+150	150

Justificação sumária (opcional):

Sector Turismo importante hodi hatama reseitas ba nasaun iha futuru. Tanba ne'e preziza desenvolve grupos kreativus ba área Turismu ho orsamentu \$150 mil.



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

422

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

Brigida Antónia Correia

Maria Angelica R-da Cruz

Virginia Ana Belo

Florencia Martins Smith

Paul

CNRT

João

Fretilio

CNRT

Chia

Fretilio

Dr

4/12/2015
11h38m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

43

*Foi 2.º projeto
para aprovação.*

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Handwritten signature]

4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/Provisão para a Reforma Fiscal, Reforma da Gestão do Desempenho e Reforma do Desempenho Orçamental
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
3. Rubrica: Serviços Profissionais

Dotação inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
4.632	- 1.000	3.632

Justificação sumária:

Não existe justificação adequada da parte do Governo para aumentar em 2016 a dotação que foi aprovada pelo Parlamento Nacional para 2015.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes,

A. Briano

[Handwritten signature]

4/12/2015
11h47m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

44

*Foi de facto
já aceite,*

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Handwritten signature]

4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/provisão para Serviços Legais
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
3. Rubrica: Outros Serviços Diversos

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
15.000	- 5.000	10.000

Justificação sumária:

Em 2015 não existe dotação para a rubrica "Outros Serviços Diversos" e parece não existir justificação para esta dotação orçamental adicional para 2016.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes,

A. Branco

[Handwritten signature]

4/12/2015
11h47m

[Signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

45

*Fora do prazo,
(auto-motivado).*

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Signature]
4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério das Finanças/Direção-Geral dos Serviços Corporativos/Unidade Financeira
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
3. Rubrica: Serviços de Profissionais

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
14.206	- 1.000	13.206

Justificação sumária:

Não existe justificação adequada da parte do Governo para aumentar em 2016 a dotação que foi aprovada pelo Parlamento Nacional para 2015.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes,

A. Branco

[Signature]

4/12/2015
14h 47m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste

PARLAMENTO
NACIONAL

46

*Fine do projeto.
para reunião.*

Proposta de Lei n.º 33/III (4.ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

*[Handwritten signature]
4/12/2015*

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/Auditoria Externa
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
3.500	- 500	3.000

Justificação sumária:

Em 2015 a dotação orçamental aprovada pelo PN para o pagamento do auditor externo foi de 3 milhões de dólares norte-americanos. Atendendo a que o Governo tem presentemente à sua disposição a Câmara de Contas do Tribunal de Recurso devidamente capacitada em termos de auditores para passar a auditar as contas do Estado, pelo menos em parte, não se justifica o aumento de 500.000 dólares proposto pelo Executivo para 2016.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes,

A. Branco *[Handwritten signature]*

4/12/2015
11h47m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

47

*Faz do prez.
ter admitido.*

Proposta de Lei n.º 33/III (4º)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Handwritten signature]

4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério das Finanças/Direção-Geral dos Serviços Corporativos/Unidade Financeira
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
3. Rubrica: Manutenção de Equipamentos e Edifícios

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
14.206	- 1.600	13.206

Justificação sumária:

Não existe justificação adequada da parte do Governo para aumentar em 2016 a dotação que foi aprovada pelo Parlamento Nacional para 2015.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes

A. Branco / [Handwritten signature]

4/12/2015
11h48m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

48

*Tras de fuzos
para aduizir*

[Handwritten signature]

4/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/Serviços de Postos Integrados de Fronteira
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
3. Rubrica: Outros Serviços Diversos

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
1.603	- 400	1.203

Justificação sumária:

Não existe justificação adequada da parte do Governo para aumentar em 2016 a dotação que foi aprovada pelo Parlamento Nacional para 2015.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes,

A. Biane

[Handwritten signature]

4/12/2015
11h48m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

49

Fra de freg.
[Handwritten signature]

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Handwritten signature]

4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/Provisão para Serviços Legais
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços
3. Rubrica: Viagens ao estrangeiro

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
15.000	- 4.000	11.000

Justificação sumária:

Não existe justificação adequada da parte do Governo para aumentar em 2016 a dotação que foi aprovada pelo Parlamento Nacional para 2015.

Parlamento Nacional, 4 de dezembro de 2015

Os Deputados Proponentes,

A. Branco *[Handwritten signature]*

4/12/2015
12h 11m

[Handwritten signature]



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

50

*For a budget.
has admitted.*

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

[Handwritten signature]
4/12/2015

Proposta de Alteração

ANEXO: II

1. Órgão: Ministério da Defesa / Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste
2. Categoria de Despesa: Capital de Desenvolvimento/Aquisição de Edifício

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
0000	+300.000	300.000

1. Órgão: Dotações para todo Governo / Reserva de Contingência
2. Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
12.131.000	-300.000	11.831.000

Parlamento Nacional, 03 de dezembro de 2015

Justificação sumária:

A verba solicitada destina-se à construção de um Edifício no Centro de Instrução Militar de Metinaro, para acolher o Laboratório de Língua Portuguesa. A construção destas instalações – não previstas na proposta de orçamento inicial para 2016, são um requisito essencial para o desenvolvimento e incremento do programa da cooperação portuguesa no ensino do português na Instituição.

Os Deputados Proponentes,

[Handwritten signature]

4/12/2015
12h12m

Alb



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

51

*Foro do Regi.
(na adun. 4/12/2015)*

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: IV

Em Tempo, Adun. 4/12/2015

1. Órgão: Fundo de Infra-estrutura/Programa do sector Saúde
2. Categoria de Despesa: Capital desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
1.701	+2.000	3.701

1. Órgão: Fundo de Infra-estrutura/Programa do sector Estradas
2. Categoria de Despesa: Capital desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
107.464	-2.000	109.464

105.464

Parlamento Nacional, ____ de Dezembro de 2015

Justificação sumária:

Objetivu desenvolvimento mileniu (MDG) hanesan iniciativa global ida ne'ebe Governu TL kompremete atu alkansa to'o tinan 2015 no sector saúde hanesan objetivu importante ida husi MDG ida ne'e. Nune'e ami propoin alokasaun orsamentu ba despesas Fundo de Infra-estrutura/programa do sector Saude ho montante \$2.000.000 husi Fundo de Infra-estrutura/Programa de estradas nian, hodi bele halo konstrusaun ba sentru saúde no reabilita sentru saúde balun ne'ebe identifica ho kondisaun a'at, atu populasau sira bele hetan asesu ba saúde no atendimentu ne'ebe diak ba sira.



51-2

República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

Os Deputados Proponentes,

Virgílio da Costa Henriques 

7/12/2015
12h12m

Belles



República Democrática de Timor-Leste
**PARLAMENTO
NACIONAL**

52

*Fica o fundo.
Não admito.*

*Belles
7/12/2015*

Proposta de Lei n.º 33/III (4ª)
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO: IV

1. Órgão: Fundo de Infra-estrutura/Programa do Sector Educação
2. Categoria de Despesa: Capital desenvolvimento

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
585	+8.000	8.585

ANEXO: II

1. Órgão: Dotações para todo o Governo/Provisão para Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oecusse Ambeno e Atauro
2. Categoria de Despesa: Transferências Públicas

Dotação Inicial da categoria (000 USD)	Alteração (000 USD)	Dotação Final da categoria (000 USD)
217.939	+8.000	209.939

Parlamento Nacional, ____ de Dezembro de 2015

Justificação sumária:

Alokasaun orsamentu ba Programa do sector Edukasaun konsidera menus tebes kompara ho programa sira seluk. Komisaun E identifica ona problema barak ne'ebe populasaun sira enfrenta durante halao visita de fiskalizasaun hanesan la iha asesu ba escola tamba escola ne'ebe dok tebes husi comunidade sira nia hela fatin no mos la iha kondisaun ne'ebe diak (favorese) ba alunos sira atu halao prosesu aprendizagem tamba deit kondisaun escola ne'ebe la diak. Hare ba



República Democrática de Timor-Leste
PARLAMENTO
NACIONAL

522

problema sira ne'e, nune'e ami propoin alokasaun orsamentu ho montante \$8.000.000 ba Fundo de Infra-estrutura/Programa do sector Educação husi alokasaun orsamentu ba despesas iha Dotações para todo o Governo/Provisão para Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oecusse Ambeno e Atauro hodi halo konstrusaun ba escola foun no mos reabilita escola ne'ebe ho kondisaun ladiak.

Os Deputados Proponentes,

Virgílio Jacinto Horni

4-12-2015
12h 45m

(Belo)



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

53

Fra de prop.
Ces. educ.
Vila
4/12/2015

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos/ Fundos: Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
507	-50	457

Por contrapartida de (opcional):

ANEXO II Dotações orçamentais dos Órgãos /Fundos: Ministério Interior

Órgão e Linha orçamental /Fundo: Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários

Categoria de Despesa: Bens e Serviços

Dotação inicial (milhares de dólares)	Alteração (milhares de dólares) (+ ou -)	Dotação Final (milhares de dólares)
200	+50	250

Justificação sumária (opcional):

Propoen hasai osan husi Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça no tau ba Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários, atu haforsa feto ba paz no seguransa bazeia ba Resolução Conselho Ministro nebe desidí kria Planu Asaun Nasional Rezolusaun Konseihu Seguransa Nasoes Unidas 1325 (PAN RKSNU 1325).



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

53-2

Proposta de Lei n.º 33/III/4ª
Orçamento Geral do Estado para 2016

Proposta de Alteração

Os Deputados,

Brígida Antunes Correia

CNPT